

200 anos de independência: será que realmente somos independentes?

(A desconstrução dos arquétipos do atraso como
afirmação de nossa efetiva independência)

200 Years of independence: are we really independent ?

(The deconstruction of the archetypes of delay
as the affirmation of our effective independence).

Túlio Eugênio dos Santos²⁹

RESUMO: Análise da desconstrução dos arquétipos do atraso como a afirmação da nossa efetiva independência. A instrumentalização da desmistificação desses entraves e reconstrução dos valores éticos aptos a corrigir os equívocos em nossa formação identitária e promover o desenvolvimento por meio do uso da teoria do agir comunicativo.

Palavras-chave: Filosofia. Arquétipos do atraso. Desconstrução. Independência.

ABSTRACT: Analysis of the deconstruction of the archetypes of delay as the affirmation of our effective independence. The instrumentalization of this demystification of these obstacles and reconstruction of ethical values able to correct the mistakes of our identity formation and promoting the development through the use of the theory of communicative action.

Keywords: Philosophy. Archetypes of delay. Demystification. Independence.

²⁹ (juiz de direito no estado do Ceará, graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso, mestre em Direito ao Desenvolvimento, tulioeugeniodossantos@yahoo.com.br).

1. Justificação

Inicia-se aqui um artigo científico o qual possui como finalidade averiguar se somos, de fato, uma nação efetivamente independente. Tentamos neste breve artigo fazer um exame de consciência sobre os principais problemas os quais pairam no âmbito cultural e da psiquê coletiva nacional e que obstaculizam o desenvolvimento, a emancipação e a independência efetiva. Destacaremos a necessidade de identificar tais entraves amalgamados na formação identitária nacional e a viabilidade de desconstruir tais arquétipos nocivos por meio do uso do instrumental linguístico e filosófico da teoria habermasiana.

2. Introdução

Independência ou Morte é conhecida pela pintura a óleo do artista Pedro Américo, a qual eternizou o gesto oficial da fundação do Brasil independente, ocorrida em 7 de setembro de 1822. Apesar dessa versão romantizada, tal imagem encontra-se enraizada no imaginário de nosso povo. Cabe-nos indagar se este ato implicou numa ruptura efetiva ou se não passou de um bradar meramente retórico, que não surtiu os necessários efeitos. O dicionário, esclareça-se, define a palavra independência vinculando-a diretamente à conceituação de autonomia e à qualidade de ser livre e não depender de ninguém. (AURÉLIO, 2009, p. 1904).

Destarte a declaração formal de independência, há certo consenso entre os historiadores, o qual aponta a reles substituição da dependência do mercantilismo colonial por outra espécie de submissão atrelada ao capitalismo então emergente. Essa perspectiva é tão arraigada que chega a constituir um clichê histórico. Todavia, transcendendo esses fenômenos políticos e econômicos que se encontram na superficialidade dessa consciência coletiva que insiste em vitimizar-se e imputar causas exógenas ao nosso subdesenvolvimento, decidimos realizar abordagem sob ângulo diverso. Consideramos fatores internos os quais vão da dissecação dos mitos fundadores da nação até as distorções detectadas nessa formação identitária brasileira.

Catalogamos de maneira exemplificativa alguns dos inúmeros mitos nocivos impregnados em nossa cultura os quais continuam a ser replicados

de modo inconsciente e defendemos a necessidade de desconstrução linguística destes signos, que batizamos como arquétipos do atraso. (SANTOS, T. 2019, 37). Identifica-se, assim, a necessidade de encararmos-nos enquanto nação, de efetuarmos esse exame de consciência constatando tais vícios e patologias para depois proceder-se à libertadora desmistificação e ressignificação desses entraves e rumarmos à efetiva emancipação. Nota-se, desta feita, estarmos diante de uma nova abordagem, a qual não é apenas efetuada sob ângulo diverso e que também revela-se multifacetada e complexa, encontrando na teoria habermasiana do agir comunicativo o respaldo e instrumental adequados para lidar com tais questões sedimentadas na dimensão simbólica.

3. Cultura, psicologia coletiva, arquétipos e linguagem

Jaguaribe ressalta que a percepção da própria mortalidade através da celebração dos primeiros ritos fúnebres trouxe a autoconsciência ao *homo sapiens* dessa distinção entre o corpo e o “eu” e é neste exato ponto onde o saber instintivo resta superado, constata-se o surgimento da cultura como um conceito complexo, o qual se espalha em diversos níveis e diz respeito à relação entre o corpo e o espírito humano. (JAGUARIBE, 2001 p. 91).

Existem, todavia, vários outros conceitos de cultura. Alguns teóricos conceituam a cultura como uma construção histórica, dimensão do processo social (SANTOS, 1983 p. 45). Açambarcaria a cultura elementos muito mais profundos e complexos que apenas o idioma, os costumes ou as tradições superficiais etc., englobando também processos seculares de produção e trabalho, lutas e modos pelos quais um povo se esculpiu (Ibidem, p. 70). Embora muitos doutrinadores conceituem cultura como ferramenta de dominação, posicionamo-nos no sentido de reconhecê-la enquanto instrumento de libertação, servindo inclusive como arcabouço de adaptação que viabilizará a sobrevivência da identidade cultural de um povo nestes novos tempos.

Apesar de relevante, não se está a falar aqui dessa concepção rasa de cultura. Aprofundamos o estudo do assunto identificando o ponto

onde a cultura entrelaça-se com a psicologia coletiva e com a linguística. Esse será o nosso campo de pesquisa. E cavoucando os elementos básicos da psicologia coletiva encontramos conceitos fundamentais como instinto, memória atávica e arquétipos. O instinto é instigação, impulso (CUNHA, 2010, p. 439). Trata-se o instinto de impulso que antecede a esfera do racional e que compõe a parte primitiva da mente humana, sendo inerente também a todos os animais. A memória atávica vem num momento posterior e situa-se numa região de intersecção entre instintos e arquétipos. Revelam-se como reminiscências hereditárias antropológicas as quais vão da figura do macho caçador e provedor até a sensibilidade e intuição feminina, forjada durante milênios nos quais a fêmea foi obrigada a ler e decifrar expressões, necessidades e vontades de crias ainda incapazes de se comunicar verbalmente. E para além do instinto e da memória atávica, apresentam-se os arquétipos. Embora não sejam tão viscerais quanto seus antecessores, os arquétipos são mais elaborados e sofisticados, encontrando-se numa região psíquica mais superficial e conectada à cultura.

E já adentrando na psicologia coletiva, Jung diferencia o inconsciente pessoal do inconsciente coletivo e esclarece que enquanto o inconsciente individual constrói-se através da experiência pessoal do sujeito (complexos, recalques, elementos esquecidos, reprimidos etc), o inconsciente coletivo, por sua vez, apresenta-se como conteúdos os quais nunca estiveram na consciência e que não foram adquiridos individualmente mas que devem a sua existência apenas à hereditariedade (JUNG, C.G, 2002. p. 53-54)

Os arquétipos são elementos integrantes desse inconsciente coletivo. Levy-Brüll denomina-o como *représentation collectives* e Adolf Bastian designa-os de *pensamentos elementares* ou *primordiais* (JUNG, C.G, 2002, Arquétipos e o Inconsciente Coletivo, p. 53-54). Jung reitera que o inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente mas é herdado, preexistente. Tais conteúdos transmitem-se por via dos arquétipos os quais só posteriormente podem aflorar de modo consciente (Ibidem, p. 54). Os arquétipos são, portanto, representações simbólicas ou até mitológicas arquivadas no inconsciente coletivo da humanidade.

E se os arquétipos encontram-se enraizados nas profundezas do pensamento e do inconsciente coletivo, imprescindível anotar que eles materializam-se na concretude do mundo cognoscível por via dos signos. Eis a área de intersecção da cultura com a linguagem e a simbolização desta. Relevante perceber como a linguagem interage com a cultura influenciando inclusive o processo histórico. A análise dos signos em todas as suas manifestações, linguísticas ou não, e sua interação dialógica com os sistemas significantes que integram, ganhou o nome de semiótica. (PEIRCE, C.S, 1999).

É sob esta perspectiva *semiótica* de examinar os signos das manifestações culturais que afloram *naturalmente* na realidade, que encaramos a investigação, daqui pra frente. Acrescentamos a esta abordagem *semiótica* a perspectiva *estruturalista*, advinda da *Antropologia Estrutural* de Saussure ^a.

Mencione-se que em entrevista à *Folha de São Paulo*, Lévi-Strauss traça o fluxograma do itinerário da mescla das perspectivas científicas. Enfatiza que, num primeiro momento, a linguística e a psicologia, que antes situavam paralelamente uma à outra, convergiram para fundirem-se na antropologia (etnologia estrutural), concebida por Lévi-Strauss. Emergiram daí diversas correntes outras, classificadas como linhas pós-estruturalistas. A *esquisoanálise* (Deleuze), o *desconstrucionismo* (Derrida) e *genealogias* (FOUCAULT) ^a.

Apesar de todas essas considerações e teorias, a cultura primitiva ainda nos guia. Muito do que somos hoje ainda situa-se neste âmbito referencial relativamente antigo. Quando falamos de essências humanas é dos arquétipos que estamos a falar. Os arquétipos constatados por Jung, ao nosso compreender, podem ser catalogados.

Limitamo-nos, por hora, a traçar essa divisão didática. Fracionamos os arquétipos em *arquétipos universais* e *arquétipos comunitários*. Os arquétipos universais são aqueles que traduzem bases culturais tão profundas que são comuns a toda a humanidade. São os mitos seminais. Podemos citar como exemplo o mito da caverna de Platão, o complexo de Édipo, complexo de Electra, Aracne, Eros e Tanatos, o mito de Sísifo, dentre outros. Os arquétipos universais são referências impregnadas no inconsciente da

psiquê humana, que passam de geração a geração, há milhares de anos. Os arquétipos comunitários, ao nosso compreender, são aqueles situados numa região mais superficial da psique humana. Passam, igualmente, de geração a geração, mas desenvolvem-se como instrumento de agregação de um povo específico e não de toda a humanidade. São os elementos de identidade que garantem a unidade deste mesmo povo. Crenças comuns, valores, éticas, idioma, costumes, modos de produção etc. É a base de uma civilização específica. Relevante assinalar que, conforme observamos, a cultura, apesar de dinâmica, é capaz de impregnar-se no inconsciente coletivo. Ela edifica-se ao longo do processo histórico no qual determinado povo está inserido e os valores daí advindos constituem a representação desta experiência.

Embora a psicologia coletiva envolva, obviamente, o estudo dos arquétipos, situamos a psicologia também como uma referência destinada também a estudar comportamentos coletivos mais atuais. A psicologia de massas e o efeito manada, tão presentes no mundo contemporâneo e globalizado, são exemplos dessa abordagem. Tais fenômenos ocorrem na superfície horizontal da psiquê humana. Se formos em outra direção e verticalizarmos esse exame, aprofundando-o, alcançamos a região dos arquétipos. Efetuamos essa breve digressão didática com o intuito de que estas noções sirvam posteriormente à avaliação de alguns arquétipos culturais comunitários os quais, como já assinalado, consideramos nocivos e impeditivos de uma verdadeira liberdade e autonomia. Reiteramos que identificaremos esses arquétipos do atraso, verificaremos se eles constituem produto de uma formação cultural deficitária, analisaremos em que medida eles obstaculizam a verdadeira emancipação e independência.

A linguagem como “medium” de cultura

Skinner principia o seu livro *Verbal Behavior* a estipular que *os homens agem sobre o mundo e o transformam, e são, por sua vez, transformados pelas consequências de suas ações*. Define ele como comportamento verbal toda espécie de gestos, sinais, ritos e, claro, a linguagem (SKINNER, *apud* LANE, Silvia T. M, 2001, p. 32). A linguagem em si, é comumente definida como o produto de uma coletividade. Reproduz conhecimentos e valores associados a práticas sociais cristalizadas, ou seja, a linguagem

traduz uma *visão de mundo* de um povo, de um grupo social (Idem). É também um processo de comunicação, de intercâmbio social.

Interessante é a perspectiva de Vygotski sobre o assunto. Delinea este autor que *a palavra é um microcosmo da consciência humana* (VYGOTSKI, *apud* LANE, S., 2001, p. 33). José Luiz dos Santos evidencia que tais processos de simbolização são muito importantes no estudo da cultura. São esses *processos de simbolização* que permitem que o conhecimento seja sintetizado, que as informações restem processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada (SANTOS, 1983). Simbolização é o processo de substituição de uma coisa por aquilo que ela significa. É desta forma que o significado expresso em uma palavra descreve um sentimento, um objeto, paisagem etc., substituindo a coisa em si.

Assim, seja como representação de coisas ou como expressão cósmica da consciência humana, a linguagem possui uma função vital tanto na construção da cultura como da própria sociedade. Essa relação entre a linguagem, seus signos e a realidade, como dissemos, é denominada *semiologia*.

Mas, acaso tentemos aprofundar ainda mais análise da questão, observaremos em Leontiev (LANE, 2001, p. 32-39) uma tese relevante, cujo exame é necessário. Sustenta este doutrinador que os significados atribuídos à palavra transitam em duas esferas concomitantes, interligadas entre si. A primeira esfera corresponderia aos significados produzidos pela sociedade, no âmago da consciência social, durante o processo histórico. A segunda diz respeito à internalização e subjetivização de tais significados na esfera pessoal do indivíduo, o qual, por sua vez, metaboliza e processa as informações e devolve-as ao mundo circundante, dando o seu sentido pessoal.

Como se pode facilmente perceber, o fenômeno da linguagem é fenômeno complexo. As palavras, na verdade, ao longo do processo de construção de uma sociedade, reverberam numa atividade semiótica dinâmica pela qual desenvolvem-se sistemas de significantes estruturados. A linguagem, a partir deste momento, passa a atuar não como uma expressão da consciência humana ou representação simbólica de significados. Ela funciona, em verdade, enquanto instrumento de mediação

superestrutural. Encaramos, assim, a linguagem como um *medium*, instrumento que atua inclusive no processo de formação da identidade cultural de um povo.

Conforme dito, é por via da *linguagem* que cristalizam-se muitos dos valores presentes em determinada comunidade. Os *signos ocultos embutidos na linguagem, as entrelinhas, os brocardos, a própria forma de ordenar gramatical e sintaticamente as frases, de estruturar um sistema de significação e até nos lapsos culturais e normativos expressam um modo de pensar e perceber o mundo inerente a um povo. Representam inclusive valores inconscientemente entranhados, entronizados.* (LANE, 2001, p. 32-39), Esta abordagem interdisciplinar que resgata as profundezas da formação brasileira permitirá um exame acurado das estruturas sobre as quais se assenta a nossa cultura. Esta análise permitirá a identificação dos arquétipos do atraso e viabilizará a incorporação de valores à linguagem e à cultura.

4. Breves noções da teoria habermasiana do agir comunicativo e a necessidade de identificação dos principais arquétipos do atraso

Habermas encara tais processos de entendimento advindos do agir comunicativo sob o viés estrutural, sendo o resultado desconcertante. Desvincula-se a visão oriunda de um ator singular ou de um macrosujeito sociopolítico e situa o seu foco no meio linguístico e nas interligações e interações dessas formas de vida e é como se a realidade concreta e o mundo pudessem ser vistos ou reduzidos à linguagem, cultura, valores, signos. O autor aprofunda a sua investigação, indo além da relação ontológica entre a linguagem e o mundo, alcançando o estudo semântico da linguagem como a análise formal do uso da linguagem e o problema da verdade no horizonte de comunicação linguística. O real é o que pode ser representado por proposições verdadeiras e o verdadeiro é o que pode ser explicado a partir da pretensão que é levantada por um com relação ao outro, no momento em que assevera uma proposição (PIERCE, *apud* HABERMAS, 1997, p. 32).

Esse pesquisador também constata ser a linguagem um *medium* de transmissão de informações e redundâncias, passando à coordenação

da ação por influencição recíproca (In: HABERMAS, Direito de Democracia, p. 19, *apud* HABERMAS, J. Rekonstruktive vs verstehende Socialwissenschaften). A linguagem transmuta-se, portanto, em fator de integração social, negociando e harmonizando interpretações e a sua energia de ligação pode ser mobilizada para respaldar planos de ação, modificações da própria realidade etc. Ressalta o cientista que a verdade não se confunde com a vontade coletiva e assinala que a vontade coletiva produtora de cultura é formada pelos filtros do consenso e do pacto. A atuação dialética e tais filtros culturais e linguísticos é que viabilizará a desconstrução de valores arcaicos e nocivos, contribuindo para a inserção de éticas e valores positivos que sedimentem a reconstrução axiológica de novos conceitos (HABERMAS, 1997, p. 19).

Imprescindível anotar alguns elementos básicos da teoria do agir comunicativo. O Mundo da Vida, por exemplo, é o espaço onde se desenvolve o agir comunicativo, onde as estruturas simbólicas se reproduzem e constituem um saber válido. O mundo da vida é composto pela cultura, pela sociedade e pela personalidade e a sua dinâmica no espaço social e na dimensão do tempo histórico dá-se por meio de processos de reprodução (reprodução cultural, integração cultural e socialização) e os problemas ocorrem através das manifestações de crises e distúrbios de reprodução os quais repercutem como patologias da cultura, da sociedade e da personalidade (HABERMAS, *apud* BETTINE, 2021, p. 75/76).

Interessante sublinhar que embora Habermas fale em anomia ou anarquia como um dos vários efeitos da deformação do Mundo da Vida, acrescentamos ao seu rol a própria má formação de valores como outra patologia inerente a esta mesma deturpação. Acentua-se aqui a necessidade de fixar uma baliza moral sólida para distinguir quais valores devam ser cultivados numa sociedade e a baliza dos direitos humanos, das liberdades e do desenvolvimento ecoam como premissas básicas capazes de repelir eventuais tentativas de relativizações ou distorções. Apesar de não prever essa hipótese de correção em sua teoria, Habermas confirma a possibilidade de reconstrução da sociedade como um todo a partir da razão prática e dos valores e esse é um dos motivos pelos quais tentamos encaixar a desmistificação dos arquétipos do atraso como um singelo

apêndice em sua vasta e complexa teoria. Auxiliaria na reconstrução social. Uma vez apresentada a síntese da habermasiana teoria do agir comunicativo e o seu encaixe com a desconstrução de mitos nocivos, faz-se necessário, enfim, enumerar alguns desses arquétipos do atraso que infestam nossa cultura e sociedade e obstaculizam a verdadeira emancipação e independência.

5. Compilação de alguns arquétipos do atraso, a agregação de valores nocivos à cultura e a necessidade de desmistificação de tais desvirtuações entranhadas no inconsciente coletivo brasileiro

5.1 Introdução

Já versamos *en passant* sobre o tema dos arquétipos do atraso por ocasião da publicação do livro *A Codificação Administrativa* (SANTOS, 2019, p. 37-45), todavia o fizemos de modo bem mais restrito e superficial, focando inclusive nos vícios herdados pela burocracia nacional. Visa este artigo ampliar esse objeto de estudo de maneira a incluir a nossa cultura, o processo histórico brasileiro e até a formação de nossa identidade. Esclarece-se que tais representações simbólicas não surgiram por geração espontânea e elas são fruto de séculos de desvios incorporados ao padrão de comportamento do brasileiro os quais repercutem não apenas na replicação inconsciente e coletiva de hábitos errôneos mas também materializam-se em lapsos normativos incabíveis e até em resvalos contidos no próprio Hino Nacional. Embora não sejam fatores determinantes das condutas individuais, tais mitos nocivos arraigados no inconsciente coletivo e na cultura revelam-se como ambiente favorável ao aparecimento de vícios e patologias sociais. Crises econômicas, épocas de relativismo moral etc, reforçam a sombria possibilidade do aflorar dessa tendência já incubada.

Listamos abaixo alguns dos mencionados arquétipos do atraso que conseguimos, num primeiro momento, identificar: 1 – *O mito edênico, a colonização por exploração e seus desdobramentos*; 2 – *O Hino Nacional (a preguiça dos trópicos e o mito do “deitado eternamente em berço esplêndido”)*; 3 – *O mito*

da culpa católica; 4 – O mito do herói sem caráter (Macunaíma e o amoralismo caricatural); 5 – O mito do país do futuro, a procrastinação populista constatada na própria Carta Magna; 6 – O mito do “O Brasil não é um país sério” (De Gaulle); 6 – O mito do complexo de Vira – Latas de Nelson Rodrigues e o arquétipo de que não damos certo (a Fracassomania constatada por FHC); 7 – O mito da seca ou dos reveses climáticos ou naturais como a causa precípua do subdesenvolvimento; 8 – O mito do bom selvagem – a felicidade superficial e eufórica, o jeitimbo brasileiro e a malevolência, do povo adorável, manso e carnavalesco (o novo arquétipo do batalhador brasileiro); 9 – O mito da miscigenação democrática das raças. O mito da Casa Grande e Senzala até hoje reproduzidos na maioria dos lares de classe média brasileiros etc (impossível ser feliz em meio à miséria e a pobreza, a inverdade de uma mistura resultante do estupro e do abuso e do mascarar do apartheid social aos neoquilombos das favelas); 10 – Os mitos que infestam a burocracia nacional, do patrimonialismo, clientelismo, servilismo e corrupção ao mito do governante salvador da pátria (Sebastianismo). (SANTOS, 2019, p. 37-50).

5.2 O mito edênico e demais arquétipos advindos da submissão secular ao colonialismo de exploração

É sob essa perspectiva que os mitos e a sua desconstrução devem ser encarados. O mito edênico ao qual nos referimos no título desse subtópico é difundido de modo equivocado no próprio ensino básico. As aulas de história prendem-se ao descritivismo de Caminha, o qual, nada mais faz senão reproduzir o bíblico mito edênico, a impressão primeira do país como uma terra paradisíaca. Entretanto, a maneira utópica como essa verdade estereotipada, retransmitida ao longo dos séculos, auxiliou sobremaneira à construção de um paraíso perfeito, onde imperam o conforto e, claro, a letargia. Em verdade, um país onde o culto à lassidão prevalece à ética do trabalho. É contra este mito seminal que ergue-se Faoro (2012), em sua obra *Os Donos do Poder*. Atenta o intelectual para a necessidade da desconstrução desta fantasia cravada no imaginário do brasileiro, há gerações. Ou, conforme abaixo transcrito:

Mundo Idílico, voltado para o pobre homem filho da miséria, primeiro capítulo da invenção da América, durou pouco e desapareceu como um sonho. Ele desempenharia seu papel, mensagem cifrada das camadas dominantes aos desamparados na hora da colonização.

A América não seria um exílio, nem o degredo: seria o reino da aventura, do salto da fome à ostentação senhorial. Ainda aí, nesta mágica transformação, há subterraneamente, o fio da rede mercantil que devora o mundo. O império da utopia não nega combate ou se opõe à realidade: ele a substitui, colocando, em lugar do ouro e da prata, a fantasia, para chegar onde o ouro e a prata levam. Ninguém foge ao tempo e à história. Esta máscara, máscara tecida de sonho e de imaginação, cairá, devorada, primeiro pela atividade mercantil, depois pela colonização, que a visão edênica, ajudará a promover. Quando a Europa impõe à América suas trocas, seu estilo comercial, seu sistema de exploração, o encantamento se retrai, e o duro dia-a-dia, amargo e sem perspectivas, falará sua linguagem (FAORO, 2012, p. 124).

O “começo” de nossa história enquanto povo, assim, já inicia-se do avesso, a partir do que não deveria ser. Justifica o comodismo e a indolência, atenta contra a ética do trabalho e do desenvolvimento, impregna-se na alma do cidadão valores contrários a independência pessoal, da livre iniciativa e vaticina-se de imediato o livre arbítrio e a busca da felicidade. Assume uma postura passiva, traduz a preguiça de séculos. Essa ideia inscrita na Carta de Caminha é um *signo* tão poderoso e insidioso que incorporou-se à própria letra de nosso Hino Nacional.

5.3 O Hino Nacional – a preguiça dos trópicos e o mito do “deitado eternamente em berço esplêndido”

O mito da preguiça dos trópicos advém de vários e vários séculos, encontrando -se também enraizada em nossa cultura. Teóricos já se debateram sobre o assunto e sustentam que o clima agradável induz à lassidão. Não bastasse isso a abundância e o acesso fácil às riquezas naturais somariam igualmente contra a construção de uma ética do trabalho em tais culturas. Inexistem provas científicas de até que ponto tais considerações são ou não verdadeiras e se efetivamente há influência do ambiente natural e do clima na construção cultural de um povo, mas, apesar disso, constatam -se lapsos inequívocos como o refrão do *deitado eternamente em berço esplêndido* do hino nacional (DUQUE-ESTRADA, 1922), o qual apresenta -se como a representação máxima desse imobilismo débil, supostamente vigente no paraíso tropical. Evidente que a

tentativa de uma reformulação ética desta magnitude requer não apenas a desconstrução em si, mas a sobreposição de filtros críticos, com vistas a despoluir a cultura desses arquétipos nocivos. Falaremos mais à frente sobre o reconhecimento de um arquétipo do atraso específico por ocasião da reformulação da letra do Hino Nacional australiano, efetuada conscientemente com a finalidade de corrigir erros históricos.

5.4 O mito da culpa católica

Há uma passagem bíblica emblemática, que constitui arquétipo católico bem arraigado no inconsciente coletivo brasileiro e latino-americano. O aludido trecho são os versículos 24 e 25, contidos em Marcos, 10.17 (BÍBLIA, 1999). Transcrevemos abaixo o inteiro teor deste diálogo travado por Jesus e seus discípulos, o qual subsiste ainda bastante presente no cotidiano. Ou, consoante explicitado abaixo:

24 E os discípulos se admiraram destas suas palavras; mas Jesus, tornando a falar, disse-lhes: Filhos, quão difícil é, para os que confiam nas riquezas, entrar no reino de Deus!

25 É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino dos céus.

A opção por ajudar os pobres não deve repercutir como uma opção por ser pobre, por camaradagem. Essa concepção é prejudicial e errônea. A pobreza é um signo maligno e não pode ser encarada como uma virtude. A pobreza purificadora da alma não é a pobreza material, mas sim, repita -se, a pobreza espiritual. Não, não estamos a falar aqui da pobreza espiritual em sua forma pejorativa do vazio existencial. Não. Ser pobre de espírito sob a perspectiva aqui abordada é na verdade ser simples em sua essência e não render-se à vaidade, à soberba ou ganância. Daí a metáfora. Só o pobre de espírito, o humilde é abençoado a ponto de ganhar o reino dos céus

Reiteramos, pregar a pobreza material é um erro crasso. A pobreza – e não o pobre enquanto ser humano – deve ser banida da face da Terra. Dogmas religiosos que cultuam a pobreza material como uma virtude e não uma miséria em si, entronizados de forma equivocada, enraizados como arquétipos negativos de culpa na cultura brasileira, também devem

ser eliminados. Assinale-se que um sistema fulcrado em valores éticos e até religiosos bem concatenados é capaz de superar este obstáculo de fundo impeditivo do desenvolvimento humano. É dessa nova hermenêutica crivada pela teologia da prosperidade e do trabalho adaptada também ao catolicismo que desvencilhar-se-á dessa culpa seminal, sem perder, evidente a sensibilidade, a empatia e o humanismo cristão

5.5 O mito do herói sem caráter (Macunaíma e o amoralismo) versus o batalhador brasileiro

Inegável o teor revolucionário do livro de Mario de Andrade pois trouxe pela primeira vez um cafuzo nativo como protagonista de um romance, numa época de exacerbado racismo. Macunaíma revela-se como um anti-herói surreal e propositadamente arquetípico que maltrata, xinga, ama etc. Apesar do mérito de alforriar o tipo negro e indígena do estereótipo da submissão domesticada, acaba por resvalar noutro equívoco o qual revela-se como uma falha de cálculo do autor ao redigir a obra:

“1- MACUNAÍMA

No fundo do mato virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uracoera, que a índia tapanhums pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

Ai que preguiça!...” (ANDRADE, Mario. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. 1998, p. 03)

O fragmento transcrito é autoexplicativo. Substitui-se o mito do bom selvagem domesticado pelo trickster de arquetipo indolente, tihoso, o qual tem preguiça até para falar. Não se está aqui a tentar condenar personagens anárquicos como Macunaíma pois partimos do pressuposto que a liberdade da literatura deve ser ampla e irrestrita. Cabe-nos, todavia, enquanto povo, também exercer a outra face dessa liberdade, que consiste em escolher qual autoimagem ansiamos ter, quais lendas realmente desejamos inserir no nosso folclore ou no imaginário popular. Personagens babélicos como Gargântua e Pantagruel fazem mais

sentido na cultura europeia e servem para contrabalançar o puritanismo excessivo vigente por aquelas plagas. Destarte a fantástica interpretação de Grande Otelo no filme homônimo de Joaquim Pedro, questiona-se aqui sobre os nefandos efeitos culturais e sociológicos da adesão a uma narrativa presa a valores os quais atualmente poderiam revelar-se inclusive preconceituosos, caricatos e negativos.

Ainda nesta toada dos tricksters, outro arquétipo bastante conhecido é o de João Grilo, icônico personagem dos cordéis nordestinos, muito bem traduzido por Ariano Suassuna no seu *O Auto da Compadecida*. Evidente ser João Grilo um personagem ambivalente e a sua malandragem aparece como instinto de sobrevivência, como uma reação do oprimido às agruras do mundo. Há uma humanidade rude embutida no personagem. Existe também a resistência, a resiliência sempre risonha e serelepe. Inegável. Questionamos, contudo, até que ponto essa conduta anárquica pode repercutir como uma permissividade exagerada, elastecendo e afrouxando em demasia a fronteira entre o que é moral e imoral, entre o que é certo e errado. Corre-se o risco de absorção equivocada desse arquétipo, o qual, apesar de ser extremamente humano, é ambíguo. Defendemos o cultivo não só da resiliência mas também a valorização da ética do trabalho, do esforço e da sabedoria. Tais virtudes podem ser agregadas a personagens da nossa cultura, pois nelas as futuras gerações irão se espelhar e aprenderão a ser um povo que se leva à sério.

Destarte a crítica acima entabulada, não chegamos, por outro lado, ao exagero de aderir irremediavelmente ao discurso de força repleto de traços positivistas e utilitaristas como o exposto por Euclides da Cunha no seu *Os Sertões*. Essa obra restou eternizada por meio do aforismo de que “o sertanejo é, antes de mais nada, um forte”, expressão a qual enraizou-se no inconsciente coletivo e que traduz a incongruência entre dois arquétipos nordestinos aparentemente antagônicos. Diz-se aparentemente porque, na essência, tanto a resiliência e a resistência do trickster João Grilo como a do sertanejo euclidiano são rigorosamente idênticas. Incumbe a nós apenas selecionarmos qual invólucro desejamos adotar para revestir essa essência comum e preexistente. Embora soem extremadas as percepções de Euclides da Cunha e do notável Ariano Suassuna, parece-nos mais atual e palpável o arquétipo do batalhador

brasileiro constatado por Jessé de Souza. Esse arquétipo retrata o herói anônimo nacional que ascende por via do labor e vai de uma condição sofrível para uma vida melhor, um pouco mais confortável e segura (SOUZA, 2009). Trabalho, inteligência, honestidade e não esperteza maledicente. Ou, nos termos do próprio autor, parafraseado por Bruno Cava em seu artigo Os batalhadores brasileiros:

[...] Os batalhadores tem que ser diligentes, astutos, determinados, espertos, polivalentes. Não podem se abater diante da adversidade, capazes de manter o futuro como um foco palpável de ação e expectativa, que os impele a continuar batalhando. Este desafio, os batalhadores enfrentam contra um histórico de violência simbólica por parte da sociedade brasileira, de preconceito e precariedade onde quer que se olhe, várias gerações atrás, sem interrupção. Para dar conta disso, essa formação social se apega ao que tem à mão, organiza-se em redes de cooperação e fraternidade, promove formas de comunidade e arranjos produtivos, no que atravessa as instituições e subsistemas que vai encontrando pelo caminho: a família ampliada, a igreja, o culto, a fé e o misticismo popular, as redes informais de comércio e socialidade (...). Para não sucumbir quando as crises se abatem sobre eles, orgulham-se do próprio sofrimento, transforma a eventual pobreza em motivo de mais luta e dignidade. Um “estoicismo prático do trabalhador”, como chama o autor, com o que perseguem exaustivamente viver melhor, “subir na vida”, crescer existencialmente as condições para si e para os seus.” Jessé de Souza, *apud* CAVA, Bruno. Artigo científico Belo Horizonte, UFMG, 2012).

Como se pode notar, o saber acumulado e a cultura não são de todo homogêneos. Existem conflitos e contradições e após as reflexões sugeridas neste subtópico, exsurge a questão sobre decidir qual autoimagem pretendemos esculpir e adotar como nossa própria identidade enquanto povo, nação. Essa é uma decisão a qual deve vir do pacto e do consenso democrático da nossa própria gente, surgindo daí valores os quais favoreçam a nossa emancipação e efetiva independência.

5.6 O mito do país do futuro, a procrastinação populista constatada na própria Carta Magna

O termo do Brasil como *o país do futuro* foi cunhado pelo escritor Stefan Zweig (2018) em seu livro publicado em 1941, cujo título era

Brasilien – ein Land der Zukunft^a (Brasil, o país do futuro). Apesar da intenção original e equivocada do autor referir-se ao Brasil como o país do futuro por constituir uma democracia racial, a expressão foi indevidamente apropriada por governos populistas como *slogan*, dando-lhe uma conotação progressista. Essa perspectiva de um futuro exitoso permeou e fomentou vários planos de desenvolvimento como os Planos de Metas, os PND's, os PIN's, PAC's etc. Após experimentar surtos de progresso entremeados por devastadoras ressacas econômicas, o país imergiu em ciclos repetitivos, quase sempre capitaneados por líderes sebastianistas. O futuro de pujança e desenvolvimento propalado revelou-se como uma promessa irrealizada a qual jamais se concretizou. O país do futuro é promessa descumprida e vilipendiada, perdida nas esquinas da demagogia barata. Miragem intocável, inalcançável. O futuro de desenvolvimento nunca veio e esse mito da procrastinação acabou incorporado na própria Constituição da República de 1988, que situa topológica e erroneamente o desenvolvimento como um *objetivo fundamental*, uma finalidade, quando, na verdade, deveria constituir uma premissa básica. Deveria o desenvolvimento figurar no artigo 1º da CF/88, que trata dos *fundamentos da república*, como o fez a Constituição Italiana no seu artigo 3º, classificando o desenvolvimento como um *princípio fundamental* (CONSTITUZIONE ITALIA, Senato della Repubblica, Roma, 2018, p. 06). Não se trata de uma rele questão semântica. É muito mais do que isso. Esse lapso normativo, verdadeiro ato falho do legislador revela quão profundos e poderosos são os arquétipos do atraso, nesse caso em específico, o mito da procrastinação.

5.7 O mito do “O Brasil não é um país sério” (frase equivocadamente atribuída à De Gaulle)

O mito da frase atribuída à De Gaulle de que *Le Brésil n'est pas un pays sérieux* (O Brasil não é um país sério) é um desses arquétipos também infelizmente impregnados no inconsciente coletivo brasileiro. A sentença remete a um episódio diplomático quase folclórico da diplomacia na qual o Brasil chegou a declarar guerra à França. Foi a conhecida *Guerre da Lagosta*, na qual não se disparou um só tiro (PEREIRA, 2018). O imbróglio internacional restou resolvido amistosamente por via de

uma negociação diplomática. E a frase *Le Brésil n'est pas un pays sérieux*, atribuída a De Gaulle foi relatada sem alarde pelo então embaixador Carlos Alves de Souza, no seu livro *Um Embaixador em Tempos de Crise*, ao comentar uma frase que teria sido dita, *in off*, pelo então presidente francês, ao tomar conhecimento da fundamentação jurídica brasileira sobre a questão da pesca em águas territoriais brasileiras. O episódio encontra-se também retratado às fls. 1044 do livro *Lanterna na Popa*, de Roberto Campos (CAMPOS, 1994). Após o governo de França sustentar ser a lagosta um crustáceo com as funções de nadar igual a dos peixes, a diplomacia brasileira contra-atacou a afirmar que lagosta tem patas e não nada, anda. E se anda, está sobre território brasileiro.

E diante deste argumento lógico e insólito que o marechal teria soltado, em particular, a famosa pérola *Le Brésil n'est pas un pays sérieux*. A frase, que jamais foi dita em público ou oficialmente, especifique-se, caiu nas raias dos jornais sensacionalistas e logo imiscuiu-se no inconsciente coletivo nacional. Tais concepções detratadoras funcionam como verdadeiras bombas psicológicas. A começar pela polissemia desta frase dita a esmo. Pode ela referir-se a um povo que é desonesto (falta de seriedade encarada sob o foco da generalizada ausência de senso ético). Pode referir-se também a um povo que leva tudo na brincadeira, onde tudo acaba em carnaval ou pizza (falta de seriedade encarada sob a ótica da fantasia niilista da balbúrdia tropical, outro mito a ser desconstruído). Essa perspectiva negativa atinge em cheio a autoimagem de um povo que pretende tornar-se civilização efetiva e independente, aniquila o já combalido amor próprio do cidadão médio e que repercute em sintomas outros como a subsequente *fracassomania*, por exemplo.

5.8 a Fracassomania constantada por FHC e o mito do complexo de Vira – Latas de Nelson Rodrigues

Já em meados dos anos 80, fez estrondoso sucesso uma música a qual sintetizava o desalento do brasileiro frente a década perdida. A letra bem rimada da música *Inútil* deu voz a um sentimento geral de incompetência o qual permeava a alma do cidadão à época. Tal sentimento arrefeceria com a lenta recuperação econômica da década seguinte. Apesar disso, ainda sobravam resquícios de um negativismo recalcado, que suscitaria a crítica

explícita do então presidente da república. Mencione-se que em 3 de Fevereiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso criticou na TV os pessimistas profissionais que continuam pregando a “fracassomania” e acham que nada vai dar certo. (FOLHA DE SÃO PAULO, Memória, 02/09/2006).

A *fracassomania* foi um neologismo inventado por FHC para sintetizar esse pessimismo, esse sentimento que nada daria certo. Cuida-se de um termo bem usado e que objetivava e intencionava combater de modo direto não somente a já citada falta de autoestima ou desalento, mas também exorcizar o complexo de inferioridade que permeia o espírito de nosso povo. Essas lembranças remetem-nos a depoimentos ainda mais antigos que já identificavam essa tendência por parte do brasileiro. Estamos a falar aqui do fatídico complexo de vira latas, ao qual referia-se Nelson Rodrigues, que, na verdade é um *complexo de inferioridade coletivo* embutido na alma do brasileiro. Ou, como escreve o próprio cronista:

[...] Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. (...) Eu vos digo: o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol pra dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: – para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão.” (RODRIGUES, Nelson. Texto extraído do livro *As cem melhores Crônicas Brasileiras*, ed. Objetiva, seleção de Ruy Castro, Companhia das Letras, 1993).

Conforme notamos, trabalhar a autoestima de um povo por via da filtragem dos seus valores éticos e culturais é de suma importância para construir os alicerces necessários para emancipar a sua independência. Cabe antes, no entanto, desmistificar arquétipos nocivos como o de que o brasileiro não é um povo sério, a rechaçar o sobredito complexo de vira-latas e a malfadada *fracassomania*.

5.9 O mito da indústria da seca ou dos reveses climáticos ou naturais como a causa precípua do subdesenvolvimento

Embora seja usualmente considerado paraíso tropical com diversas riquezas naturais o Brasil é um país continental e essas riquezas não são distribuídas de modo homogêneo por todo o território. Existem regiões as quais padeciam e ainda padecem com as agruras de secas e outras adversidades climáticas e a *indústria da seca* acabou por restar inserida em nossa cultura como uma crença limitadora do desenvolvimento. Embora muitos teóricos defendam com unhas e dentes constituírem o clima e a vegetação as razões limitadoras do desenvolvimento, a lógica e a simples realidade empírica apontam noutro sentido. Sustentamos neste ponto não serem elas, *por si só*s, as causas efetivas da miséria e da pobreza. A causa de tais flagelos, tenha-se sempre em mente, é *humana* e não natural. Inúmeros são os exemplos de êxito econômico e social alcançado em regiões desérticas, tais como os kibutz do deserto do Neguev em Israel, o Chile (Atacama) e o deserto de Sonora (EUA/México) etc. A cidade de Nogales, situada na fronteira entre os EUA e o México, aliás, é o exemplo concreto do que estamos a falar. O deserto é rigorosamente o mesmo, mas a cidade é desenvolvida do lado ianque e subdesenvolvida em sua porção mexicana. Transpondo a questão para o Brasil, necessário parafrasear estudiosos os quais sustentam que a transição bem sucedida da monocultura para a indústria empreendida pelo Sudeste brasileiro no início do século XX não encontrou reflexos no Nordeste, que acabou por não seguir esse modelo e perdeu o trem da história (RISTER, 2007). A partir de tais substratos teóricos, detecta-se que o problema não é a seca em si mas sim *como* se lida com ela. Necessário desmistificar este arquétipo há tanto tempo incrustado em nossa cultura.

5.10 O mito da miscigenação pacífica, os neoquilombos das favelas, a replicação da Casa Grande e Senzala, a felicidade superficial e eufórica de um povo sofrido e os mecanismos de alienação do carnaval e futebol

É conhecida a hipótese de romântica que a miscigenação brasileira aconteceu de modo pacífico e ordeiro e não se pode insistir-se nesta narrativa fantasiosa desprezando – se o óbvio ululante de que num

secular regime escravocrata onde negros e índios eram considerados objetos e coisificados a miscigenação não tenha sido fruto de estupros, abusos e coações. O mito da democracia racial revela-se tão frágil quanto falacioso. Mas o problema não para por aí. Vai além. Apesar de bem intencionadas não bastam iniciativas pontuais de inclusão se o racismo é estrutural, histórico. Uma das soluções em casos tais é a desconstrução de mitos e ampla ressignificação cultural. E coexistem inúmeros arquétipos atrelados a esse arquétipo seminal da mistura de raças.

A violência dissimulada e o preconceito explícito perpetuaram-se de várias maneiras em nossa sociedade e desde a adesão forçada dos negros ao sincretismo religioso para viabilizar a continuidade do culto de suas crenças ancestrais, a opressão continuou por meio do *apartheid* social que transformou as favelas em neoquilombos e o próprio Gilberto Freyre identificou em seu famoso livro o arquétipo da *Casa Grande & Senzala* que situa o negro ainda como serviçal submisso nas residências de classe média brasileira.

O futebol e o carnaval enveredam pelo mesmo caminho e enquanto mecanismos de alienação de massas, tais ópios do povo também contribuem para a perpetuação de um sistema de segregação social. Seja por via da inversão de valores de jovens vulneráveis cooptados pelo tráfico, seja pela artificialidade de uma carnavalesca alegria eufórica a qual mais se parece com a face perversa da depressão coletiva de um povo que necessita desesperadamente de válvulas de escape para sobreviver à pressão cotidiana ou seja pela suposta pacificidade desmentida pelos altíssimos índices de violência detectados nas regiões mais pobres não se podendo negar a óbvia e inconveniente verdade: impossível a felicidade em meio à fome, ao desespero, ao desamparo, a violência e à miséria.

5.11 Mitos burocráticos: o arquétipo do patrimonialismo, a corrupção, o mito da corrupção, o clientelismo, o servilismo etc.

Ressalto que esta parte deste artigo foi extraída do livro *A Codificação Administrativa* e complementa o arcabouço teórico já abordado, expondo as repercussões de determinados arquétipos arraigados especificamente em nossa própria cultura burocrática os quais precisam ser devidamente enfrentados, solucionados (SANTOS, 2019). O primeiro desses arquétipos

do atraso burocrático é o patrimonialismo. O patrimonialismo, como é de conhecimento geral, é método de administração que encontra as suas raízes nos regimes monárquicos. Nestes, o patrimônio estatal costumava a confundir-se com o patrimônio do rei. O advento da república (*res publica*) acabou por delimitar essa separação na esfera patrimonial. Apesar disso, persistiu a cultura nociva do governante eleito que, mesmo não sendo dono do aparato estatal, governava *como se a coisa pública sua fosse*. Agregam-se a tal vícios patologias sociais como a corrupção e o correlato mito da corrupção, o servilismo, o clientelismo e outras tantas distorções presentes na cultura burocrática brasileira. Identificam-se também anomalias do gênero impregnadas na sociedade de um modo geral e não apenas no serviço público, vide a lei da vantagem, jeitinho brasileiro, lei de Gérson etc.

6. A desconstrução dos arquétipos do atraso como afirmação de nossa efetiva independência. A diferenciação sistêmica das estruturas e ressignificação dialética de valores. O exemplo do hino australiano

Este trecho do presente artigo científico também foi mencionado no já referido livro *A Codificação Administrativa*, cujas noções básicas serviram para o aprofundamento do tema efetuado nesta pesquisa. Após constarmos alguns dos arquétipos do atraso, é possível identificar indícios de uma ruptura epistemológica em curso, a qual se desdobra inclusive nas dimensões culturais e linguísticas. Apesar dos ranços históricos e dos vícios herdados, detecta-se um inconformismo latente, uma vontade de mudança. A história não é linear. Ela é complexa, repleta de marchas e contramarchas. E destarte existir a vontade de mudança, verifica-se, por outro lado, a resistência estrutural a ela. O processo de dessacralização dos arquétipos do atraso encaixa-se neste contexto de ruptura do simbólico, da desconstrução mítica, na ressignificação de valores e legitimidades. Habermas sustenta ser possível a reconstrução da própria sociedade como um todo a partir da razão prática e dos valores. Ou, como preceitua o próprio Habermas:

[...] É preciso levar em conta tais diferenças, ao considerar o conceito de razão comunicativa, que situo no âmbito de uma teoria reconstrutiva da sociedade. Nesse contexto modificado, o próprio contexto nacional de razão prática adquire um novo valor heurístico. Não funciona mais como orientação direta para uma teoria normativa do direito e da moral. Mesmo assim ele se transforma num fio condutor para a reconstrução do emaranhado de discursos formadores de opinião e preparadores da decisão, na qual está embutido o poder democrático exercitado conforme o direito (op cit, p. 31).

Como exposto, existe a possibilidade de modificação consciente dos valores de uma sociedade, a partir de novas concepções axiológicas adquiridas por via do pacto ou do consenso social e tal se faz por meio dos novos discursos emanados formadores de opinião e preparadores da decisão, devidamente chancelados pela sociedade democrática. Necessário ressaltar que essa evolução cultural e institucional é fator determinante para o destino de vários países.

Viabilizar essa evolução passa, antes de mais nada, pela identificação e desconstrução dos sobreditos arquétipos do atraso e concomitante cultivo de novos valores éticos atrelados ao desenvolvimento humano e a formação de novos padrões culturais e institucionais os quais possibilitem a reconstrução e ressignificação das bases de nossa sociedade. Jaguaribe delinea sobre a importância dessa evolução cultural para a emancipação efetiva de povos e países, Ou, como abaixo transcrito:

O fator isolado mais importante na determinação do destino de vários países que desempenharam um papel relevante no século XVII foi possivelmente a sua evolução cultural e institucional. Sem excluir outros fatores de peso [...] fatores institucionais e culturais explicam a inversão da posição internacional da França e da Inglaterra, da supremacia da primeira, até os últimos anos do século XVII, para a hegemonia da segunda, depois do Tratado de Utrecht [...] (JAGUARIBE, 2001, p. 520, grifo nosso).

Desenha-se neste sentido também a teoria de Oliver Williamson, que esclarece a maneira pela qual tais transformações ocorrem. Este autor especifica que em níveis mais superficiais tais evoluções acontecem de modo mais rápido. Todavia, para a consecução de metamorfoses

profundas que realmente venham a entranhar-se no modo de um povo pensar o mundo, há um custo de energia e tempo bem mais alargado. E para que tais transformações ocorram no ambiente institucional ou no enraizamento social e cultural são necessários décadas ou até séculos. Ou, consoante o texto abaixo citado:

Nível 4 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS: São decisões rápidas, do tipo de mudança de preços, quantidade, alinhamento de incentivos etc. Muda bastante a toda hora. Nível 3 – GOVERNANÇA – As relações, as regras do jogo. São os contratos, as relações com os fornecedores, revendedores etc. Muda, mas não pode mudar muito toda hora. Frequência da mudança (ideal) deve ser de 01 a 10 anos. Boa parte dos estudos de *Williamson* está concentrada neste nível. Nível 2 – AMBIENTE INSTITUCIONAL – Passamos para um nível mais legislativo. São as regras formais do jogo, a burocracia, a política, o judiciário etc. Essas regras também mudam muito, ambiente institucional instável). Frequência de mudança: de 10 a 100 anos. Nível 1 – ENRAIZAMENTO SOCIAL – Conjunto de regras mais difícil de serem mudadas. Está preso nas pessoas, nas empresas, nas religiões, nas tradições e costumes. Frequência da mudança é muito mais ampla, de 100 a 1000 anos. (WILLIAMSON, 2000 *apud* YEUNG, 2016, on-line).

Assim, os novos valores éticos e humanitários emergem como a força motriz da evolução institucional e cultural, desempenhando papel fundamental na independência de países e emancipação dos povos, viabilizando a inversão da posição internacional preconizada por Jaguaribe. A intersecção da teoria habermasiana do agir comunicativo com a análise econômica do direito de Williamson, revela a possibilidade do uso da linguística como instrumento das transformações assinaladas por Williamson.

Apesar de a mudança estrutural demandar significativo tempo para se concretizar, muitos povos já despertaram para a consciência dessa necessidade e adotaram iniciativas para tentar modificar esse estado de coisas. Sejam oficiais ou espontâneas, tais iniciativas pontuais, evidentemente, são insuficientes para resolver problemas os quais são estruturais. Inobstante tal assertiva, a mera tomada de consciência e os atos ou contestações pontuais já se revelam, em tese, como benéficos. Países como

a Austrália saíram na frente ao corrigir lapsos da letra do hino nacional *Advance Australia Fair* em 2021. A frase “*Todos nós australianos vamos nos alegrar, pois somos jovens e livres*” restou corrigida por meio da substituição da expressão “*jovens e livres*” por “*um e livre*”. Esta mudança não foi um reles detalhe. Ela foi empreendida no sentido de reconhecer, no âmago do maior dos símbolos daquele país, o Hino Nacional, os 60 mil anos de histórias indígenas (YEUNG, J. 2021).

Enveredaram por linha similar espontâneos movimentos antirracistas os quais explodiram de vez uma revolta que já estava latente há muito e muito tempo. Houve inclusive a depredação de estátuas de figuras como a do traficante de escravos Edward Colston, em Bristol (G1, 2020). Essas insurreições repercutiram também no Brasil e por aqui atearam fogo à estátua de Borba Gato, capitão do mato, sanguinário caçador de indígenas, cuja memória ainda estava preservada em meio a uma praça de Santo Amaro, São Paulo (G1, 2021). Independente da feição violenta ou até criminosa desses últimos atos, constata-se que não apenas no Brasil mas em vários outros lugares ao redor do mundo o generalizado clamor dos povos por esta libertação que lhes trará a efetiva independência, inclusive com relação aos erros do passado.

7. Conclusão.

Como dizíamos ao início, Independência ou Morte é a conhecida pintura do artista Pedro Américo que eternizou o gesto oficial da fundação do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822. Questionamos nesse breve artigo se esse ato de rebeldia de D. Pedro I repercutiu como uma ruptura efetiva ou se não passou de um bradar meramente retórico o qual até hoje não surtiu os efeitos necessários. Constatamos que o significado da palavra independência está estreitamente vinculado ao conceito de autonomia, ou seja, à qualidade de ser livre e não depender de alguém ou coisa alguma. Diante desta premissa, cabe realizarmos a perquirição e indagarmos até que ponto somos realmente uma nação livre e independente?

E diversamente do usualmente apresentado por doutrinadores e teóricos, não nos limitamos a mencionar às superficiais dependências

econômicas e políticas de caráter exógeno. Fomos além. Decidimos desbravar até que pontos somos uma nação livre e independente de nós mesmos. Buscamos investigar até que ponto determinadas deformações da nossa construção identitária nacional – que batizamos de arquétipos do atraso – revelam-se como elementos internos obstaculizadores da emancipação e da efetiva independência.

Lançamos mão da teoria do agir comunicativo de Habermas para obter aparato instrumental suficiente para demonstrar a viabilidade da desconstrução desses mitos nocivos arraigados em nossa cultura, identificando -os, desmistificando-os e procedendo a ressignificação e reconstrução de valores benéficos e humanos. Verificamos que pelas teses advindas da seara da análise econômica do direito, tais transformações levam tempo para consolidar-se na profunda dimensão cultural mas, percebemos, por outro lado, que países como a Austrália tomaram a iniciativa em desconstruir arquétipos de atraso e promover o desenvolvimento.

Concluimos, por via deste breve estudo, que utilizando dos instrumentais corretos a desconstrução dos arquétipos do atraso apresenta-se como uma das possibilidades de incrementar e alcançar a tão almejada independência efetiva. Conquista obtida após o enfrentamento direto e superação dos mais arraigados mitos que costumavam assombrar a nação. Independência madura, bem resolvida, muito mais ampla e profunda que a independência retratada no quadro de José Américo ou que a conceituada nos dicionários.

Referências

- ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001, p. 134.
- ANDRADE, Mario. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Ed. Antígona, Lisboa 1998.
- _____. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Filme de Joaquim Pedro 1969
- BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Les droits de l'homme et le droit naturel*, Paris: Presses
- BENFATTI, Fabio Fernandes Neves. *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BETTINE, Marco. *A Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais*. São Paulo: edições EACH, 2021.
- BÍBLIA de estudo de Genebra. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.
- BRANDÃO, Jack e ALVES, Maria Vanessa da Silva. Artigo científico: A desmistificação e a (re) construção do arquétipo do herói, 2017. *Revista Eletrônica Razón y Palabra Primera*. Revista Eletrônica em Iberoamérica Especializada em Comunicación [http:// revistas. Comunicacionnudlh.edu.ec/index.hp/ryp](http://revistas.comunicacionnudlh.edu.ec/index.hp/ryp)).
- BRASIL. *Decreto nº 5.687, de 31 de Janeiro de 2006*. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de Outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 27 nov. 2018.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BRUNNER, Georg. *Die Problematik der sozialen Grundrechte*, Tubingen (J.C.B. Mohar), 1971.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Lanterna na Popa: memórias*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1994.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. FOLHA DE SÃO PAULO, *Memória*, 02/09/2006.

- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro, 10^a. ed. Antares, 1984.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo. Ed. Saraiva, 2003.
- ITALIA. Senato della Repubblica. [Constituzione (1947)]. *Constituzione Della Repubblica Italiana*, dicembre 2012. Tipografia Del Senato. Disponível in: <https://www.senato.it/documenti/repository/instituzione/constituzione.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- CORRUPTION and development. Available in: https://www.transparency.org/news/feature/civil_societyscrucial_role_in_achieving_the_sdgs. Acesso em: 26 mar. 2018.
- CUNHA, Antônio Geraldo. Euclides. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 4^a edição, Rio de Janeiro, Lexicon, 2010.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.
- CURADO, Marcelo. *Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 609-640, dez. 2013.
- DORNELLES, João Ricardo W. *O que são Direitos Humanos*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1997.
- DUQUE ESTRADA, Joaquim Osório. *Hino Nacional Brasileiro*. 1971. Disponível em: http://m.suapesquisa.com/religiosociais/hino_nacional_brasileiro.htm. Acesso em: 26 mar. 2018.
- EMERSON, Ralph Waldo. *Ensaíos (Essays)* – Imago Editora, 1994, 3^a ed., Rio de Janeiro
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.
- FARIA, José Eduardo. *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo. Ed. Malheiros, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 3^a ed., revista e atualizada, Ed. Positivo, 2004.
- FIGUEIREDO E MELO, Pedro Américo. *Independência ou Morte*, pintura, 1888.
- FRANKLIN, Benjamin. *A Autobiografia*. Ed. Martin Claret, 2006.
- _____. *Poor Richard's Almanack*. Skyhorse Publishing Inc., 2007.
- FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. Ed. Penguin e Companhia das Letras, 2012, São Paulo, 1^a ed.
- _____. *Compêndio de Psicanálise*, ed. L & PM Pocket, tradução do alemão Renato Zwick. 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48ª edição, Editora Global.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

G1. Manifestantes derrubam estátua do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, Inglaterra. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.g1globo.com/google/amp/mundo/noticia/2020/06/07manifestantes-derrubam-estatuado-trafficante-de-escravos-edawrd-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

G1. 2 ativistas suspeitos de incendiar estátua de Borba Gato em SP são presos preventivamente; outro é procurado, mas deve se entregar. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.g1globo.com/google/amp/sao-paulo/noticia/2021/08/07/2-ativistas-suspeitos-de-incendiar-estatuade-borba-gato-em-spsao-presos-preventivamente-outro-procurado-mas-deve-se-entregar.ghtml/> Acesso em: 08 ago. 2021.

GADAMER, Vogler, *Nova Antropologia*, v. 6 e 7 – Antropologia Filosófica I e II, EDUSP.

HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: Unesp, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre a facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

HENRIQUE C. L. Vaz, S.J., *Antropologia Filosófica I e II*, Edições Loyola, São Paulo, 1991.

JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico de história*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001. t. II.

JUNG, Carl. *Os arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, 5ª edição. Tradução Manuela Pinto e Alexandre Morujão, Lisboa. Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 32-39.

LÉVI-STRAUSS, C. Entrevista a Bernardo Carvalho. In: *Folha de São Paulo*, 22 de Outubro de 1989 (extraído de educaterra.com.br, acessado o site em 21/04/2018).

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direitos Humanos – Sua História; Sua Garantia*. Ed. Oliveira Mendes, 2000.

MARÍAS, Julian. *Antropologia metafísica*, Alianza Editorial, Madrid.

- MENDONÇA, Marina Gusmão. *Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. *Fome e Desnutrição – A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil – estudos avançados*, v. 17, São Paulo, May/ Aug. 2003 ([http:// dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002](http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002))
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat o barão de. *O espírito das leis*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=97114>. Acesso em: 18 jul.2018.
- MOREIRA, Roger. *Inútil*. 1983, LP, álbum Ultraje a Rigor, gravadora WEA.
- PAGOTTO, Leopoldo Ubiratan Carreiro. *O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico*. 2010. 413 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PEIRCE, C.S., 1999 – *Semiótica*. Tradução. José Teixeira Coelho Neto, 3ª ed. São Paulo, Ed. Perspectiva. Tradução de: The Collected Papers of Charles Sanders Peirce
- PEREIRA, José Maria Dias. *Uma Breve História do Desenvolvimento no Brasil*. Cadernos do Desenvolvimento – RJ, Julho, Dez. 2011, v. 06, n 09.
- PEREZ, Caio Frederico Fonseca M. *Burocracia e o princípio da eficiência na administração pública brasileira*. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- PRADO, Ricardo. Como Cingapura chegou ao topo dos rankings educacionais. *In: GAZETA DO POVO*, 14/10/2017.
- RISTER, Carla Abrantkoski. *Direito ao Desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- RODRIGUES, Nelson. Texto extraído do livro *As cem melhores Crônicas Brasileiras*, ed. Objetiva, seleção de Ruy Castro, Companhia das Letras, 1993
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- SANTOS, Joaquim Ferreira. *Cem melhores crônicas brasileiras*. São Paulo: Objetiva, 2007.
- SANTOS, José Luiz. *O que é cultura?*, 6ª ed., Ed. Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Túlio. *A Codificação Administrativa*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2019.
- SAUSSURRE, F. De. *Curso de Linguística Geral*, 2ª ed. Cultrix, 1995.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Livia Maria de. *O direito humano ao desenvolvimento como mecanismo de redução da pobreza em região com excepcional patrimônio cultural*. In: Direito ao Desenvolvimento, ed. Fórum. Belo Horizonte. 2012.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*, 34^a ed., 3^a imp., Rio de Janeiro. Agir, 1999.

TELES, Matheus Gonzaga In: Os valores japoneses e sua influência no comportamento cultural corporativo brasileiro. *REVISTA Cadernos de aulas do LEA*, Ilhéus, n 3, p. 75-87, nov. 2014.

TRINDADE, A. A. Cançado. *A proteção internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo. Ed. Saraiva, São Paulo, 1991.

UNITED NATIONS. *Resolution n° 41/128*, of 4 December of 1986. Declaration on the Right of Development. Available in: <https://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>. Access in: 20 de Apr. 2018.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Ed. UNB, 2004. v. I e v. II.

YEUNG, Jessie. Austrália muda hino nacional para refletir seus 60 mil anos de história indígena. In: CNN. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.cnnbrasil.com.br/amp/internacional/2021/2021/01/01/australia-muda-hino-nacional-para-refletir-seus-60-mil-anos-de-historia-indigena/> Acesso em: 26 jul. 2021.

YEUNG, Luciana. *Luciana Yeung e as teorias de Oliver Williamson*. In: ENCONTROGEDE, 5., 2016, São Paulo. Disponível em: <https://lutofoli.wordpress.com/tag/tag/oliver-williamson/>. Acesso em: 28 out. 2018.

YUNUS, Muhammad. *Criando um negócio social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel. *Direito e Economia: análise econômica do direito e das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do future*. Tradução de Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2018. E-Book.